COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.291, DE 2004

Define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais ou bilaterais.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado ESPERIDIÃO AMIN

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.291, de 2004, originário do Senado Federal, visa a definir os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais ou bilaterais.

Desse modo, a proposição regula a competência deferida ao Presidente da República, para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, prevista no art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, bem como o respectivo referendo do Congresso Nacional.

No artigo primeiro, o projeto estabelece que a participação do Brasil, individual ou coletivamente, em negociações comerciais internacionais orientar-se-á permanentemente pela necessidade de utilização do comércio internacional como instrumento básico do desenvolvimento econômico e social do país.

O artigo segundo determina que o referendo considere a conformidade dos acordos comerciais com o disposto na lei, de forma a alcançar os seguintes objetivos: expansão dos mercados externos para bens,

serviços e investimentos brasileiros; melhoria da posição competitiva do país; ampliação da capacidade produtiva do país para gerar empregos; adoção de uma política de importação de insumos, bens de capital e tecnologia necessários ao crescimento da economia; e modificação da composição da pauta de exportações para aumentar a participação de bens de mais alto valor agregado.

O artigo terceiro estabelece os resultados visados pela atuação brasileira em negociações comerciais internacionais, em número de quinze, dentre os quais destacam-se: a remoção de barreiras que impedem a penetração de produtos brasileiros nos mercados externos (II); a proteção à indústria nascente em países em desenvolvimento (IV); a aplicação ao Brasil de modalidades de tratamento especial e diferenciado acordado na Parte IV do GATT (VI); a preservação da liberdade de utilização de tecnologias essenciais ao aumento da competitividade da economia nacional (VII); a redução dos subsídios à produção e exportação de produtos agrícolas até sua eliminação (IX); o combate à pirataria de recursos fitogenéticos (X); a proteção adequada à indústria nacional (XIII); e a não-introdução, em novos mecanismos de solução de controvérsias, da ab-rogação do foro nacional e da sub-rogação de empresas privadas nos direitos dos Estados (XV).

O artigo quarto determina que o Congresso Nacional, por meio de suas comissões permanentes e de suas missões especialmente designadas, acompanhe de perto as negociações comerciais e avalie seus resultados.

Na inclusa Justificação, o autor do projeto, Senador EDUARDO SUPPLY, argumenta que a proposição tem o mérito, em síntese, de permitir ao Congresso Nacional exercer sua faculdade constitucional de referendar os acordos internacionais comerciais “*com pleno conhecimento de causa*”, e de orientar os negociadores nos assuntos de interesse nacional, protegendo-os de pressões e constrangimentos indevidos.

A proposição vem à Câmara dos Deputados para fins de revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. Tramita em regime de prioridade e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou o projeto, nos termos do voto do Relator, Deputado JÚLIO REDECKER.

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional manifestou-se pela aprovação do projeto de lei e pela rejeição das emendas nºs 1, 2, 3 e 4, de 2006, ali apresentadas, nos termos do voto do Relator, Deputado DOUTOR ROSINHA.

Nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com o art. 32, inciso IV, alínea a, do Regimento Interno, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se sobre o projeto de lei e sobre as emendas apresentadas na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A matéria tratada nas proposições insere-se na competência legislativa da União.

Com efeito, o art. 48 da Constituição Federal confere ao Congresso Nacional a competência para dispor sobre todas as matérias da competência da União, aí incluída a competência para legislar sobre o comércio exterior, prevista no art. 22, inciso VIII.

Já o art. 84, inciso VIII, da Carta Política, confere poder ao Presidente da República, para “*celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos ao referendo do Congresso Nacional*”.

O art. 49, inciso I, reafirma a competência do Congresso Nacional, ao qual cabe, com exclusividade, resolver em definitivo sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

O objetivo declarado da proposição é conceder ao Congresso Nacional instrumento legal capaz de lhe permitir exercer a contento seu poder de apreciar os tratados, acordos e demais atos internacionais

comerciais firmados pelo Brasil. Com isto, deixaria o Parlamento de exercer função meramente homologatória de decisões do Poder Executivo.

Nessa perspectiva, não se configura no projeto violação a princípios e regras constitucionais ou legais, já que seu texto se harmoniza com o disposto no art. 49, inciso X, da Carta Magna, segundo o qual compete ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, bem como com a legislação em vigor.

Quanto às emendas rejeitadas pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sua análise comporta as seguintes observações:

A Emenda nº 1/06, de autoria do Deputado SALATIEL CARVALHO, visa suprimir o inciso XV do art. 3º (não-introdução, em novos mecanismos de solução de controvérsias, da ab-rogação do foro nacional e da sub-rogação de empresas privadas nos direitos de Estados). A Emenda nº 3/06, de autoria do Deputado JOÃO HERRMANN NETO, acrescenta à redação original do referido inciso XV do art. 3º a expressão “*salvo em razão de objetivo maior e mais benéfico para o País, especialmente quando houver investimento brasileiro em mercado exterior*”.

Sob o ponto de vista constitucional, é de entender-se, conforme ressaltado no voto do Relator, Deputado DOUTOR ROSINHA, que as alterações propostas nessas duas emendas colidem não só com o inciso I do art. 1º, que afirma a soberania como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, mas também com o inciso XXXV do art. 5º, segundo o qual “*a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito*”.

A Emenda nº 2/06 e a Emenda nº 4/06, de autoria do Deputado SALATIEL CARVALHO e do Deputado JOÃO HERRMANN NETO, respectivamente, substituem, no art. 2º do projeto, a menção ao art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, pela menção ao art. 49, inciso I, que trata da resolução definitiva dos tratados, acordos e atos internacionais pelo Congresso Nacional.

A substituição sugerida não parece adequada, uma vez que um dos objetivos do projeto é precisamente regular o instituto do referendo do Congresso Nacional, mencionado no inciso VIII do art. 84 da Carta Magna.

Por fim, entendemos que o projeto merece **Substitutivo** que, sem lhe modificar substancialmente o conteúdo, aperfeiçoa-lhe a técnica legislativa, de maneira a melhor obedecer às diretrizes estabelecidas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Diante do exposto, o voto é no sentido da **constitucionalidade e juridicidade e boa técnica legislativa** do Projeto de Lei nº 4.291, de 2004, **na forma do Substitutivo** ora apresentado; da **inconstitucionalidade** das Emendas nºs 1 e 3, de 2006, e da **má técnica legislativa** das Emendas nºs 2 e 4, de 2006, ficando **prejudicada** a análise das emendas quanto aos demais aspectos de competência desta Comissão.;

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado **Esperidião Amin**
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 4.291, DE 2004

Define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais ou bilaterais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais ou bilaterais com outros países.

Art. 2º. A participação do Brasil, individual ou coletivamente, em negociações comerciais internacionais, quaisquer que sejam seu contexto, suas motivações originais, seu marco jurídico e seu estágio de evolução na data de entrada em vigor desta Lei, orientar-se-á permanentemente pela necessidade de utilização do comércio internacional como instrumento básico do desenvolvimento econômico e social do país.

Art. 3º. O referendo a que alude o art. 84, VIII, da Constituição Federal, em matéria de acordos comerciais, considerará a conformidade dos mesmos com o disposto nesta Lei e de forma especial o atendimento de condições que contribuam para alcançar, entre outros, os seguintes objetivos:

I – expandir mercados externos para a colocação de bens, a prestação de serviços, inclusive com a presença de pessoas físicas, e a realização de investimentos brasileiros;

II – melhorar a posição competitiva do país, não só externa, mas também internamente;

III – ampliar a capacidade dos setores produtivos do país para gerar empregos;

IV – possibilitar, mediante o crescimento dinâmico das exportações, a adoção de uma política de importação de insumos, bens de capital e tecnologia necessários, em níveis compatíveis com a manutenção de altas taxas de crescimento da economia;

V – possibilitar a progressiva modificação da pauta de exportações a fim de contar com maior participação de bens de mais alto valor agregado.

Art. 4º. A atuação brasileira em negociações comerciais internacionais, atendendo às peculiaridades e ao escopo das disciplinas incluídas no processo negociador, bem como considerando o formato das negociações (multilateral, regional ou bilateral) e o(s) país(es) com o(s) qual(s) negocia, envidará esforços para a obtenção de resultados em consonância com o interesse nacional e com os objetivos de desenvolvimento econômico e social do Brasil, tais como:

I – definição clara do escopo de cada processo negociador, dando-se preferência à negociação em foros multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), para as disciplinas relacionadas com os temas ditos sistêmicos e de caráter normativo, preservada a possibilidade de aprofundamento do Mercosul e de outros mecanismos de integração econômica entre os países em desenvolvimento, especialmente do continente africano;

II – redução de barreiras não-tarifárias que impedem a penetração nos mercados externos dos produtos brasileiros efetiva ou potencialmente mais competitivos;

III – preservação do exercício soberano da competência do Poder Legislativo brasileiro para aprovar legislação específica em matéria comercial e de desenvolvimento agrícola, industrial e de serviços, bem como do Poder Executivo para adotar políticas correspondentes, sempre à luz dos compromissos internacionais já assumidos pelo Brasil;

IV – preservação das flexibilidades previstas na legislação internacional de comércio, particularmente nos Acordos da OMC, relativas à

proteção à indústria nascente em países em desenvolvimento e a medidas adotadas em casos de dificuldades de balanço de pagamentos;

V – manutenção, em favor do Brasil, das modalidades de tratamento especial e diferenciado anteriormente acordadas para países em desenvolvimento, tanto na Parte IV do GATT 1994 quanto em decisões posteriores, atendidas as especificidades dos países de menor desenvolvimento relativo;

VI – preservação da liberdade para o desenvolvimento, a absorção e a aplicação, sem restrições indevidas ou desproporcionais, de tecnologias essenciais ao aumento da competitividade da economia nacional e à execução de políticas públicas em áreas estratégicas;

VII – equilíbrio dos compromissos assumidos nos quatro modos cobertos pelas negociações em serviços na OMC, previstos no Artigo I, 2 do Acordo Geral sobre Comércio em Serviços (GATS), assegurando o tratamento favorável aos países em desenvolvimento, conforme as normas do GATS;

VIII – redução dos subsídios à produção e à exportação de produtos agrícolas;

IX – inserção de regras para o combate à pirataria de recursos fitogenéticos e formas de proteção de sua propriedade e de compensação adequada por sua utilização comercial;

X – fortalecimento dos esquemas de integração com países em desenvolvimento de que o Brasil faça parte, em especial do Mercosul e da América do Sul, inclusive, quando cabível, por meio da definição e gradual introdução, em tais esquemas, de políticas comuns, por meio do compartilhamento de experiências em temas de direitos sociais e de cidadania a serem assegurados, como os referentes à garantia de uma renda mínima ou renda básica de cidadania e direitos de aposentadoria;

XI – preservação, no contexto da negociação comercial, dos aspectos fundamentais de políticas nacionais adotadas pelo Brasil nas áreas trabalhista e do meio ambiente e na área financeira em geral, particularmente a regulação e o controle das entradas e saídas de capital na economia brasileira, a política cambial e as relações com as instituições financeiras internacionais, privilegiando-se o aprofundamento do Mercosul e de

outros mecanismos de integração econômica com países em desenvolvimento nessas áreas;

XII – condições de proteção adequada à indústria nacional, em especial a setores fortemente geradores de emprego e setores de tecnologia de ponta;

XIII – reforço às disciplinas de combate às exportações de contrafações e à promoção de sistemas de cooperação e de troca de informações que facilitem a apreensão de tais produtos na fronteira;

XIV – adoção de mecanismos de solução de controvérsias que contribuam para a preservação dos compromissos assumidos no âmbito de cada negociação comercial.

Art. 5º O Congresso Nacional, por intermédio de suas comissões competentes e de missões especialmente designadas para esse fim, acompanhará de perto o andamento das negociações comerciais e, de acordo com os dispositivos regimentais, avaliará seus resultados, inclusive por meio da convocação de membros do Poder Executivo e de audiências com especialistas e representantes de setores da economia diretamente interessados nas negociações, de modo a facilitar a tomada da decisão referida no art. 3º.

§ 1º A avaliação aqui estipulada far-se-á ao final do processo de negociação dos acordos.

§ 2º A fim de possibilitar essa avaliação, o Ministério das Relações Exteriores encaminhará ao Congresso Nacional o conteúdo desses acordos, seu cronograma de implementação, custos previstos e objetivos envolvidos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado **Esperidião Amin**
Relator